

AVC P 12

Aluizio quer manter o concurso público

Porto Alegre — O ministro da Administração, Aluizio Alves, disse ontem, em Porto Alegre, que o governo está temeroso com a possibilidade de a Constituinte aprovar o dispositivo da Comissão de Sistematização que concede aos servidores das administrações direta e indireta, e das autarquias com mais de cinco anos de serviço, a efetivação sem a necessidade da prestação do concurso público. "A sua aprovação seria um caos para o governo, que tem lutado para enxugar a máquina administrativa, proibindo as admissões de servidores em substituições aos aposentados", advertiu. Segundo o ministro, o Governo tem centrado seus esforços no sentido de fazer com que os constituintes não aprovelem esta medida que considera "demagógica e irresponsável, pois cristalizaria uma série de distorções que estamos tentando corrigir".

O presidente José Sarney é contra o congelamento da Unidade de Referência de Preços (URP) por três meses, ou mesmo a sua extinção, disse o ministro. "Os ministérios do Planejamento e da Fazenda é que estão pressionando para acabar com a URP, alegando que ela é alimentadora do déficit público", observou.

Receita

Ele lembrou que o peso da folha de pagamento dos funcionários públicos, que sempre esteve entre

28 e 33% em relação à receita líquida, com a URP subiu para 46%. Os cálculos que apontam um peso superior a 70% estão levando em conta a inclusão de 179 autarquias federais que não têm receita própria e dependem de recursos do Tesouro. "Acontece que estas autarquias sempre estiveram fora dos cálculos anteriores e, agora, o Ministério da Fazenda está incluindo para ganhar maior peso nas suas argumentações", observou.

Para o ministro da Administração, seria uma injustiça congelar a URP dos servidores públicos, quando a inflação está alta para todos os trabalhadores. Ele lembrou que, de 1º de janeiro de 86 até 31 de dezembro de 87, a defasagem salarial dos servidores registrou uma média entre 80 a 110% e houve casos de até 280% para um número muito pequeno de funcionários que não ultrapassou a 3% da folha.

No seu entender, os ministros da área econômica deveriam buscar outras alternativas para frear o déficit público. Apesar de ser contrário ao congelamento da URP por três meses, o ministro admitiu que o Governo poderá assumir a posição de jogar os reajustes de abril, maio e junho para depois de fevereiro de 89, embora tenha de enfrentar uma onda de protestos dos servidores que não aceitarão a medida.

19 MAR 1988

JORNAL DE BRASÍLIA